

A questão do patrimônio histórico se apresenta como fator substancial dentro do universo da Arquitetura e Urbanismo. Segundo a autora Françoise Choay, o culto que se rende hoje às questões patrimoniais deve merecer de nós mais do que simples aprovação, porque o mesmo se constitui de um elemento revelador de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra. Para ela a palavra “patrimônio histórico” remete a uma instituição e ao mesmo tempo a uma mentalidade. No Brasil, segundo Ana Lúcia Meira, a questão do patrimônio se inicia a partir da década de 1920 com a institucionalização de iniciativas de defesa do patrimônio. Representantes do pensamento de vanguarda possibilitaram a intensificação dessas iniciativas até a criação, em 1937 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e com a promulgação do Decreto-lei 25 – a lei de tombamento nacional.

O presente trabalho pretende abordar um recorte que vai da criação do SPHAN - atual IPHAN - em 1937 até o ano de 2010, se propondo a elaborar um levantamento com base no banco de dados “Noronha Santos” dos imóveis tombados no Brasil, e a realização de uma análise visando traçar um quadro estatístico que permita identificar diferentes etapas no tombamento desses bens, bem como a evolução dos critérios considerados para a realização desses tombamentos; tipologias contempladas; hegemonia de localização; e caracterização de finalidades de usos desses imóveis. Como objetivo visa-se atender como material de apoio as disciplinas de Teoria e História da Arquitetura e da Cidade, e a tentativa de trazer um esclarecimento de como se dá a prática de tombamento no Brasil, elucidando a idéia de preservação patrimonial na comunidade acadêmica e também junto à sociedade em que a mesma se insere.